

# REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DAS FACULDADES OPET

**Art. 1º** - A Comissão Própria de Avaliação das FACULDADES OPET, é o órgão responsável pela condução dos processos internos de avaliação da instituição, da sistematização e da apresentação das informações ao INEP, à entidade mantenedora, à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, cumprindo o que preceitua a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

**Art. 2º** - A Comissão Própria de Avaliação das FACULDADES OPET, doravante denominada neste regulamento CPA, possui a seguinte composição:

- I. Um coordenador, que a preside;
- II. Um representante da entidade mantenedora;
- III. Dois representantes do corpo docente;
- IV. Dois representantes do corpo discente;
- V. Dois representantes do pessoal técnico-pedagógico;
- VI. Dois representantes do pessoal técnico-administrativo;
- VII. Um representante da sociedade civil.

**Parágrafo único** - Os componentes previstos nos incisos I, e VII serão indicados pelo Conselho Superior (CONSU) das FACULDADES OPET, o II pela mantenedora e os demais serão indicados pelos seus pares.

**Art. 3º** - Os membros da CPA serão eleitos para um mandato de dois (2) anos, podendo ser substituídos ou reconduzidos para mandatos sucessivos.

**§ 1º** - Os membros da CPA que possuem vínculo empregatício com as FACULDADES OPET perderão seus mandatos na comissão em caso de cessação do vínculo, sendo substituídos por outro representante do mesmo segmento.

**§ 2º** - Os representantes discentes perderão o mandato em caso de conclusão ou desligamento do curso.

**§ 3º** - Perderá o mandato na CPA o membro que faltar a três reuniões, sem justificativa.

**§ 4º** - Qualquer membro da CPA poderá solicitar o seu desligamento a qualquer tempo.

**Art. 4º** - É competência da CPA:

- I. Implementar os processos e procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no âmbito da instituição;
- II. Conduzir o processo de Auto-Avaliação Institucional, com base nas diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES);
- III. Gerenciar o processo de coleta, sistematização, tratamento e análise dos dados;
- IV. Assegurar a participação dos segmentos da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional;
- V. Preparar relatórios anuais com resultados e recomendações a serem encaminhadas à direção das FACULDADES OPET;
- VI. Criar mecanismos e instrumentos para a divulgação das atividades da Comissão;
- VII. Definir a estrutura de apoio necessária para o desenvolvimento do trabalho da Comissão, solicitando à direção das FACULDADES OPET;
- VIII. Propor ao CONSU ações que promovam a melhoria contínua do processo avaliativo.

**Art. 5º** - São atribuições do presidente da CPA:

- I. Cumprir e fazer cumprir este regulamento;
- II. Convocar os componentes, definir a pauta e presidir as reuniões;
- III. Representar a CPA onde se fizer necessário;
- IV. Assinar as atas das reuniões;
- V. Encaminhar os resultados das avaliações aos setores competentes da instituição;
- VI. Divulgar os resultados das avaliações à comunidade acadêmica.

**Art. 6º** - A CPA se reunirá ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quantas vezes for necessário.

**Art. 7º** - As reuniões só poderão ser realizadas com o quorum mínimo de seis (6) membros e as decisões serão tomadas por maioria simples.

**Art. 8º** - Em cada reunião será escolhido um secretário *ad hoc*, que lavrará a ata com as decisões tomadas.

**Art. 9º** - Para a realização do seu trabalho, a CPA contará com recursos e equipamentos fornecidos pela instituição.

**Art. 10** - Os casos omissos serão analisados e decididos pela CPA.

**Art. 11** - Este regulamento entrará em vigor logo após sua aprovação pelo Conselho Superior das Faculdades OPET – CONSU.